

Designação da Ação: Férias, faltas e licenças

Modalidade: Curso de formação

Duração: 18 horas presenciais

Destinatários: Docentes – Diretores e Adjuntos

Área de formação: D - Administração escolar e administração educacional

Registo de acreditação: CCPFC/RFO-17754/04

Razões justificativas da ação:

O regime de férias, faltas e licenças exige a aplicação articulada de vários diplomas legais: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), Código do Trabalho (CT), Estatuto da Carreira Docente (ECD), Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho (IRCT) e o Código do Procedimento Administrativo (CPA).

Impõe-se compreender a forma correta de aplicação da legislação a situações concretas, nomeadamente, as especificidades da carreira docente e dos não docentes.

Neste sentido, esta ação visa permitir aos formandos a atualização de conhecimentos e aquisição de competências, com enfoque na realidade da Escola, que lhes permita aplicar corretamente a legislação às situações de férias, faltas e licenças.

Objetivos:

- Compreender a aplicação articulada do regime legal de férias, faltas e licenças para docentes e não docentes;
- Conhecer o regime jurídico de férias;
- Distinguir as principais faltas justificadas quanto aos procedimentos e efeitos;
- Identificar as principais licenças e os seus efeitos

Conteúdos:

I) O regime de férias, faltas e licenças: 3h

- 1.1. Princípios aplicáveis ao regime jurídico de férias, faltas e licenças dos trabalhadores da Administração Pública
- 1.2. Como articular a aplicação da LTFP, CT, ECD, IRCT e o CPA (casos práticos);

II) O regime de férias: 6h

- 2.1. Férias no início e termo de funções;
- 2.2. Férias em caso de suspensão do contrato de trabalho;
- 2.3. Especificidades para docentes e para os trabalhadores (docentes e não docentes) do regime convergente;
- 2.4. Faltas por conta de férias e faltas com perda de remuneração a descontar em férias.

III) O regime de faltas: 2h

- 3.1. Faltas justificadas e injustificadas: enquadramento e procedimento;
- 3.2. As principais faltas justificadas: procedimentos e efeitos;

IV) O regime de licenças: 3h

- 4.1. Tipos de licenças
- 4.2. Efeitos das licenças.

Metodologias de realização da ação:

- Distribuição de diferentes tipos de documentação produzida pelo formador no campo teórico e prático;
- Troca de experiências e construção de saberes em grupo;
- Utilização do método demonstrativo na resolução de trabalhos teóricos ou práticos sobre os conteúdos do plano da ação;
- Utilização do método interrogativo na avaliação de questões;

- Utilização do método expositivo na apresentação da estrutura legislativa aplicável;
- Intervenção permanente dos participantes, na colocação de questões pertinentes r elativas às matérias teóricas ou práticas abordadas;
- Apresentação de estudos de caso e trabalho de grupo, privilegiando o debate e esclarecimento de dúvidas no final de cada sessão;

Regime de avaliação dos formandos:

Aplicação do determinado no regime Jurídico da Formação Contínua de professores, Decreto-lei nº 22/2014, de 11 de fevereiro, conjugado com o Despacho nº 4595/2015, de 6 de maio e com o “Regulamento para Acreditação e Creditação de Ações de Formação Contínua. A classificação de cada formando será realizada na escala de 1 a 10 conforme indicado no Despacho n.º 4595/2015, de 6 de maio, respeitando todos os dispositivos legais da avaliação contínua e tendo por base a participação/contributos (4 valores) e o trabalho final individual (6 valores) elaborado pelos formandos. O trabalho final individual terá o formato de teste escrito.

Bibliografia fundamental:

- Legislação aplicável
- Código de Procedimento Administrativo